



# A INFLUÊNCIA DAS OLIGARQUIAS NA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA ENTRE 1911 E 1945

---

Alan Fernandes dos Santos  
Universidade Federal de Santa Catarina

## RESUMO

O presente artigo busca realizar uma análise geográfica sobre as escolas públicas estaduais no estado de Santa Catarina entre os anos de 1911 e 1945. Para o mesmo se intenta a averiguar aspectos da historicidade e o papel das oligarquias catarinenses, em especial a família Ramos, na objetificação do ensino como um projeto de consolidação da nacionalidade, mas também de manutenção e aumento do poder de influência política e econômica no território catarinense. A explanação deste estudo se faz primeiramente caracterizando qual análise geográfica é utilizada, explicando como as categorias de análise do espaço geográfico – forma, função, estrutura e processo – podem ser inteligíveis e dialéticas na busca de uma totalidade acerca do tema aqui abordado. Posteriormente se faz uma descrição sobre as oligarquias catarinenses, explicando sobre suas origens históricas e influências no campo econômico e político. Destaca-se como a gestão de Vidal Ramos e Nereu Ramos foram decisivas para a reforma do ensino catarinense naquele período, desenvolvendo uma formação calcada no nacionalismo, na valorização dos símbolos pátrios, no sentimento de pertencimento ao território. Por fim, apresenta-se a *análise persi*, demonstrando como a organização espacial das escolas públicas estaduais de Santa Catarina, entre 1911 e 1945 tornou-se uma estratégia de consolidação do poder das referidas oligarquias naquele período, em especial a família Ramos. A mesma utilizou-se de sua influência política para estabelecer a cultura luso brasileira como preponderante no estado, em detrimento da cultura germânica. Nas considerações finais se analisam as formas, funções, estruturas e processos das escolas públicas estaduais, buscando compreender como tal realidade concreta pode ser entendida enquanto totalidade.

**Palavras-chave:** Escola pública; Oligarquia, Organização Espacial, Santa Catarina.

## The influence of oligarchies on the spatial organization of public schools in the State of Santa Catarina between 1911 and 1945

---

## ABSTRACT

This article seeks to carry out a geographical analysis of state public schools in the state of Santa Catarina between the years 1911 and 1945. To do so, it aims to investigate aspects of historicity and the role of Santa Catarina oligarchies, especially the Ramos family, in objectification of teaching as a project to consolidate nationality, but also to maintain and increase the power of political and economic influence in the Santa Catarina territory. The explanation of this study is first characterized by which geographic analysis is used, explaining how the categories of analysis of geographic space – form, function, structure and process – can be intelligible and dialectical in the search for a totality regarding the topic addressed here. Subsequently, a description of the Santa Catarina oligarchies is made, explaining their historical origins and influences in the economic and political field. It stands out how the management of Vidal Ramos and Nereu Ramos were decisive for the reform of education in Santa Catarina in that period, developing training based on nationalism, the appreciation of national symbols, and the feeling of belonging to the territory. Finally, the persi analysis is presented, demonstrating how the spatial organization of state public schools in Santa Catarina, between 1911 and 1945, became a strategy for consolidating the power of the aforementioned oligarchies in that period, especially the Ramos family. It used its political influence to establish Portuguese-Brazilian culture as preponderant in the state, to the detriment of Germanic culture. In the final considerations, the forms, functions, structures and processes of state public schools are analyzed, seeking to understand how such a concrete reality can be understood as a totality.

**Keywords:** Public school; Oligarchy, Space Organization, Santa Catarina.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo busca realizar uma análise geográfica sobre as escolas públicas estaduais no estado de Santa Catarina entre os anos de 1911 e 1945. Para o mesmo se intenta a averiguar aspectos da historicidade e o papel das oligarquias catarinenses, em especial a família Ramos, na objetificação do ensino como um projeto de consolidação da nacionalidade, mas também de manutenção e aumento do poder de influência política e econômica no território catarinense.

O viés geográfico de interpretação desta realidade é apresentado considerando que os acontecimentos históricos circunscritos no período mencionado acima não se fazem apenas no tempo, mas também no espaço, mais precisamente no espaço geográfico cunhado por Milton Santos, que o descreve como

[...] algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente (SANTOS, 2008, p. 46).

Esta concepção rompeu com a percepção do espaço como algo apenas fisicamente constitutivo, um espaço euclidiano. Assim, ele não é somente matricial, e nem se

confunde como um conceito ou categoria de menor importância. “O espaço não é nem o ponto de partida (espaço absoluto), nem o ponto de chegada (espaço como produto social). O espaço é o lócus das relações sociais de reprodução (CORRÊA, 2006, p.25)”.

É desse modo que a explanação deste estudo se faz primeiramente caracterizando qual análise geográfica é utilizada, explicando como as categorias de análise do espaço geográfico – forma, função, estrutura e processo – podem ser inteligíveis e dialéticas na busca de uma totalidade acerca do tema aqui abordado. Posteriormente se faz uma descrição sobre as oligarquias catarinenses, explicitando sobre suas origens históricas e influências no campo econômico e político. Por fim, apresenta-se a análise *persi*, demonstrando como a organização espacial das escolas públicas estaduais de Santa Catarina, entre 1911 e 1945 tornou-se uma estratégia de consolidação do poder das referidas oligarquias naquele período, em especial a família Ramos.

### **DELIMITANDO UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE A ESCOLA PÚBLICA**

Analisar o espaço geográfico em que se sucedeu a expansão das escolas públicas estaduais pode ser feito utilizando das categorias de análise do mesmo, que são identificadas por SANTOS (1985) como forma, função, estrutura e processo. Ambas têm seu desenvolvimento teórico amparado na Geografia Crítica, tendo o materialismo histórico e dialético, como base filosófica e ontológica. A seguir, apresentam-se as categorias de análise.

Para Santos (1985, p.50) “forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. (...) isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante de tempo”. Ou ainda, como destaca CORRÊA (2009) a forma é o meio no qual as atividades humanas se realizam. Assim, ela pode se manifestar em diferentes escalas (prédio, rua, bairro, cidade, etc.), denotando uma localização e um arranjo espacial. Assim,

[...] a categoria forma é responsável por revelar ao pesquisador uma parcela cindida da totalidade, isto é, é reagente às materializações das relações no espaço e no tempo que podem ser analisadas pelo geógrafo. O valor que uma forma recebe no espaço é social, podendo representar valores ou finalidades que não são condizentes com o presente, mas que guardam um testemunho dos usos pretéritos, formas estas denominadas rugosidades. Nenhuma forma é vazia de significado, embora este possa ser transformado pelo tempo: a forma sempre aponta para uma ação esperada para ser desempenhada, ou seja, uma função (GARBIN; SANTIL, 2020, p. 142).

Já a “função, de acordo com o Dicionário Webster, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa (SANTOS, 1985, p.50)”. “Habitar, viver o cotidiano, a vida em suas variadas facetas - trabalho, compras, lazer, visitar parentes e consumir em outras cidades são algumas das funções associadas, respectivamente, à casa, ao bairro, à cidade e à rede urbana (CORREA, 2000, p.42)”. A “razão de ser de uma forma é a sua função, que pode tomar contornos variados a depender do desenvolvimento técnico, das demandas sociais, econômicas ou culturais, isto é, de seu contexto ou momento (GARBIN; SANTIL, 2020, p. 142)”.

Para Santos (1985, p.50) “estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção”. Ela “pressupõe que a realidade social não é mergulhada no caos, mas que apresenta uma ordem em sua organização (KOSIK, 2002 *apud* GARBIN, SANTIL, 2020, p. 143)”. Ou ainda como destaca CORRÊA, (2000, p.42):

(...) o termo estrutura, relativo ao modo como os objetos estão organizados, refere-se não a um padrão espacial, mas à maneira como estão inter-relacionados entre si. Diferentemente da forma, a estrutura não constitui algo que tenha uma exterioridade imediata. Ela é invisível, estando subjacente à forma, uma espécie de matriz onde a forma é gerada. Estrutura é a natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo.

Processo “pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança (SANTOS, 1985, p. 50)”. Ela é, portanto, uma estrutura social e econômica em seu movimento de transformação (CORRÊA, 2000).

Todavia, o que se destaca nas categorias de análise do espaço geográfico não é a explicação ou análise individual que cada uma consegue identificar e compreender. “Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo (SANTOS, 1985, p. 52)”. Sendo elas, resultado de um desenvolvimento teórico baseado na dialética e no materialismo histórico, ambas só se fundamentam e criam um corpo inteligível sobre o espaço se forem aplicadas de forma conjunta, relacional e interdependente. É o que destaca Corrêa (2000, p. 42) ao afirmar:

Se considerarmos, portanto, apenas as categorias de estrutura e processo, estaremos fazendo uma análise a-espacial, não-geográfica, absolutamente incapaz de captar a organização espacial de uma dada sociedade em um dado momento do tempo ou suas mudanças no mesmo. Considerando apenas a

estrutura e a forma, desprezando o papel do processo e da função, deixaríamos de lado a mediação (processo e função) entre o que é subjacente (a estrutura social e econômica) e o exteriorizado (a forma espacial). Perde-se a história, os elementos dinâmicos de transformação, que põem a estrutura em marcha, culminando na mudança ou permanência das formas espaciais.

É nesta seara que as categorias de análise urgem para realizar um de seus usos mais primordiais. Em conjunto conseguem abarcar teórica e metodologicamente uma compreensão de totalidade sobre o objeto a ser pesquisado e/ou estudado.

O próprio conceito de totalidade já é anterior as categorias de análise aqui apresentadas. Sob a ótica da dialética marxista, obviamente também compreende o concreto e a materialidade das coisas como premissa para entendimento do mundo, do particular ao geral e vice-versa. Como destaca Santos (1985, p. 135), “nenhum enfoque que deixe de lado a noção de totalidade permitirá uma correta noção de realidade”.

É a totalidade concreta que nos permite transcender o observado imediatamente, no qual se incluem as diversas formas como o espaço se organiza, o seu (re)arranjo, que não fazem necessariamente referência concreta às relações que o produziram, nele se estruturaram, se realizam e se reproduzem, reproduzindo os processos sociais compreendidos no movimento da totalidade social e das suas estruturas (OLIVEIRA JR.; CAMPOS, 2015, p.3).

Nesse aspecto é importante evidenciar como todo o arcabouço teórico-metodológico empreendido até aqui culmina em um conjunto ordenado e inteligível para identificação, interpretação, análise e avaliação do espaço geográfico, independente do contexto histórico, social e/ou político. Isto porque, o esforço teórico consegue abarcar o dinamismo e as transformações da sociedade, e conseqüentemente do espaço, sem perder seu *métier* no campo científico e na produção do conhecimento. Isto demonstra, o peso qualitativo de tal base epistemológica e ontológica que, efetivamente, consegue dar significado, ação e possibilidade de transformação aos anseios da sociedade.

### **AS OLIGARQUIAS EM SANTA CATARINA: FAMÍLIAS KONDER E RAMOS**

A etimologia da palavra oligarquia tem origem no grego (*oligoi*: poucos, e *arche*: governo), ou seja, governo de poucos. No dicionário Michaelis, o termo é designado como “regime político em que o poder é comandado por um número restrito de

peças que pertencem a um mesmo partido, classe ou família (OLIGARQUIA, 2022)”.  
Ao compreender as características das oligarquias catarinenses no período proposto neste artigo, entre 1911 e 1945, é necessário entender não apenas as relações de poder em escala regional e estadual, mas sua vinculação e apoio em nível nacional.

As oligarquias dos primeiros anos da República estabeleceram um sistema arraigado em uma minoria dominante, e uma maioria excluída dos processos de participação política. É neste período republicano que se dá forte expressividade no vocabulário político nacional a termos ligados ao clientelismo, coronelismo e mandonismo. Assim, as bases predominantes do sistema político na implantação da República foram pautadas no “poder dos coronéis nos municípios e dos oligarcas na política estadual e nacional (RESENDE, 2010, p. 91).

Como destaca Sodré (1956), esta política entregava cada Estado como uma propriedade particular a sua respectiva oligarquia regional. Desta forma, os problemas oriundos de cada Estado deveriam ser “resolvidos” diretamente pelas oligarquias. Tal ação suplantava a responsabilidade, por parte da república, de intervir em problemas regionais que poderiam atrapalhar a recém unidade federativa. Assim, descentralizava-se o poder na busca de uma unidade nacional, pós período monárquico, com intuito da estabilidade na recém-proclamada República. A classe senhorial deveria constituir sua organização interna por meio da “política de governadores”. Um acordo entre as oligarquias e o centro permitia a este governar em paz, obrigando-se a não interferir nas questões particulares de cada Estado, assuntos que seriam resolvidos segundo os interesses de cada uma das oligarquias assim oficialmente instaladas.

Esta relação de poder também se sucedeu em Santa Catarina. A alternância política era disputada entre os coronéis, que se dividiram, pelas raízes históricas, cronologicamente, entre farroupilhas e legalistas, entre pica-paus e maragatos, entre defensores do Império e da República e, pela natureza política, entre os partidos políticos que disputavam o poder e distribuíam as benesses, primeiro entre liberais e conservadores, em seguida entre os federalistas e republicanos e, depois, entre republicanos e liberais (THOMÉ, 2010).

Destacam-se neste artigo as oligarquias Konder e Ramos, por estarem diretamente envolvidas na organização espacial das escolas públicas estaduais de Santa Catarina, entre 1911 e 1945, ou seja, no período inicial após a proclamação da República até o fim do Estado Novo.

Segundo Auras (1991, p. 10), “com a proclamação da República, ambos os grupos (Konder e Ramos) estavam inseridos no Partido Republicano Catarinense e nele

permaneceram por longos 30 anos, até o fim das relações”, que não se sustentavam mais, diante da divergência de interesses.

As divisões dentro do Partido Republicano não eram nada mais do que o jogo de interesses de representações e do atrito entre Hercílio Luz e Lauro Müller, disputando em todos os momentos o prestígio do mais alto grau dentro da mesma instituição partidária, ou seja, cada um deles tinha seus “preferidos”, de acordo com os seus interesses, e cada um deles tinha sua função dentro do partido. No momento em que as fronteiras entre eles eram ultrapassadas, os embates entre ambos começavam. Fica claro que as ideias destes indivíduos eram diferentes, e que os seus seguidores também eram diferentes. Entre aqueles que se colocavam ao lado de Lauro Müller, temos Vidal Ramos, o patriarca da oligarquia Ramos (agrário/nacionalista), e, entre os seguidores de Hercílio Luz, temos Adolpho Konder, o patriarca da oligarquia Konder (urbano/industrial/germanista), estas oligarquias irão representar polos opostos de intensas oposições nas décadas seguintes (MORAES, 2017, p. 38-39).

Vidal Ramos liderava uma corrente composta por grandes latifundiários da região serrana e oeste do estado. Já Hercílio Luz comandava a corrente composta por comerciantes e industriais do vale do Itajaí e norte do estado. Um adendo a esta disputa conflitante é que durante o governo de Luz, os latifundiários pagaram mais impostos, durante os anos em que os Ramos estavam no poder o movimento era inverso.

Como de praxe na política dos governadores, numa das tantas indicações de nomes para eleições, Vidal Ramos indicou para compor a chapa republicana seu filho Nereu, mas por intervenção de Hercílio Luz, Nereu Ramos não fez parte dos planos republicanos. Essa situação, somada a outras divergências acarretou a saída de Vidal Ramos e Nereu Ramos do Partido Republicano Catarinense, e a fundação, por eles, da Reação Republicana, em 1921, fazendo o papel de oposição ao governo de Hercílio Luz. Posteriormente, os Ramos se aproximaram do Partido Democrático Nacional e do Partido Libertador do Rio Grande do Sul, fundando no estado o Partido Liberal Catarinense, e, em 1929, articulando seus interesses com a Aliança Liberal, que lançou Getúlio Vargas como candidato a presidente da República. As forças políticas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e outros estados, como Minas Gerais, iam se aglutinando e formando uma grande frente contra o governo republicano nacional (MORAES, 2017).

O embate político ocorria em termos econômicos e culturais, sendo este último utilizado de forma estratégica. Como já dito anteriormente, os Konder representavam a cultura germânica, que já se desenvolveu em Santa Catarina através de suas colônias e trouxe consigo imigrantes que, já inseridos no processo

de desenvolvimento capitalista na Europa, dispunham de mão de obra qualificada e conhecimento técnico para desenvolver sua economia em ascensão. De outro modo, os Ramos, descendentes de portugueses, tinham a origem lusa em sua ancestralidade. No entanto, este, na figura do açoriano, era visto como desleixado, preguiçoso e pouco desenvolvido, se comparado as origens germânicas.

A ascensão e comando político da oligarquia Ramos entre 1911 e 1914 com Vidal Ramos, durante o apoio e coalizado dado aos interventores Sul Rio-Grandenses entre 1930 e 1935 e principalmente durante o governo de Nereu Ramos entre 1935 e 1945, foram decisivos para que os mesmos realizassem diversas reformas na educação catarinense e, com isso, colocassem em evidência a cultura luso brasileira em detrimento da cultura teuto ou germânica. Isto tinha o objetivo de enfraquecer politicamente o adversário político (Konder) em seu curral eleitoral, mas também atendia as demandas do governo federal durante a Segunda Guerra Mundial.

A seguir, identifica-se como tais reformas no sistema de ensino influenciaram na organização espacial das escolas públicas estaduais e como a estrutura organizada pela oligarquia Ramos veio ao encontro da manutenção e desenvolvimento de seu status e importância política no estado.

### ANÁLISE SOBRE AS ESCOLAS PÚBLICAS

Tecer uma análise crítica sobre as escolas públicas estaduais requer compreender não apenas as suas formas e funções atribuídas, mas também a estrutura e os processos históricos que, dialeticamente, caracterizam tal realidade.

A constituição de uma escola moderna estruturou a reforma do ensino da gestão de Vidal Ramos, sendo a primeira reforma do ensino republicano, que via com tal proposta uma forma de superação do período colonial e monárquico. Como destaca Moraes (2017) esta reforma criou modelos escolares: os Grupos Escolares e Escolas Complementares, para formação de professores; impôs regras administrativas e legislativas para as escolas, professores e inspetores escolares; determinou o modelo pedagógico a ser utilizado (método intuitivo), como também o material didático; e transformou o modo de se olhar para a educação das áreas coloniais. Esta reformar do ensino ganhou amplitude a partir da contratação de pedagogos de outros estados (destaque para Orestes Guimarães<sup>i</sup>) e deixou um legado para o ensino de Santa Catarina, que foi bastante reconhecido pelas reformas da gestão de Ptolomeu de Assis Brasil e Rui Zóbaran (interventores), dando subsídios para Reforma do Ensino da gestão Nereu Ramos.

Destacam-se nesse aspecto os Grupos Escolares. Neles culminam uma concepção de ensino, educação e sociedade amparado no ideário republicano e moderno. Ao identificar a legislação do início do século XX que normatiza sobre as escolas estaduais há uma recomendação recorrente, que era não perder a oportunidade para imprimir no espírito dos alunos **o amor ao trabalho, à ordem e ao asseio [grifo nosso]** (SILVA, 2006).

A construção dos edifícios que abrigariam os grupos escolares deveria ocupar mais ou menos a parte central da cidade, com localização e orientação que garantissem aos alunos ar puro e salubre bastante luz, com paredes sobre as quais incidissem diretamente os raios solares, com “aspecto risonho, porém, modesto, sóbrio e sem ornamentos, cornijas etc.”; com ajardinamento na frente e arborização nas áreas dos recreios. (...) As salas de aula deveriam ser construídas de forma a assegurar a cada aluno uma área de mais ou menos 1,40 m de superfície e 6 a 7 m<sup>3</sup> de ar por hora, com as paredes internas caiadas de cor amarelada ou esverdeada, com barras pintadas a óleo. Os aparelhos sanitários (dejectórios e mictórios) deveriam estar separados do edifício e diariamente lavados e desinfetados. Nas salas de aula e nos corredores existiriam escarradeiras, as quais deveriam ser lavadas, diariamente, com água fervendo. As carteiras escolares seriam de tipo reconhecidamente aprovado pela higiene escolar. Os quadros-negros, as carteiras e cadeiras individuais eram novidades pedagógicas que entravam com pompa nos grupos escolares. Uma série de outros recursos didático-pedagógicos conferia a estas instituições uma estética distintiva, se comparados aos de outras escolas públicas. Uma estética que elevava o status dos grupos, que conquistava um lugar de objeto de desejo (SILVA, 2006, p. 183-184).

Desse modo, a ordenação didática, pedagógica e espacial foi instrumentalizada de forma a promover a formação de cidadãos, atenciosos e inertes, aptos a aceitar a autoridade do professor, enquanto referência maior. “Tudo isto ocupando um lugar que primava pela assepsia, uma assepsia que deveria ocupar não só o espaço físico, mas também os corpos e mentes” (SILVA, 2006, p. 183-184).

No Quadro 1, a seguir é possível visualizar os principais Grupos Escolares construídos nesse período, seu município de instalação e seu ano de inauguração.

**Quadro 1:** Localização e ano inauguração dos Grupos Escolares no governo Vidal Ramos.

| Escola                          | Município     | Ano inauguração |
|---------------------------------|---------------|-----------------|
| Grupo Escolar Lauro Müller      | Florianópolis | 1912            |
| Grupo Escolar Conselheiro Mafra | Joinville     | 1911            |
| Grupo Escolar Jerônimo Coelho   | Laguna        | 1912            |
| Grupo Escolar Vidal Ramos       | Lages         | 1913            |
| Grupo Escolar Silveira de Souza | Florianópolis | 1913            |
| Grupo Escolar Victor Meirelles  | Itajaí        | 1913            |
| Grupo Escolar Luís Delfino      | Blumenau      | 1913            |

Fonte: (MORAES, 2017) Adaptado pelo autor.

O caráter político era eminente na inauguração destas escolas aonde se faziam presente o governador e outros membros de destaque da sociedade à época, com festividades e enaltecendo o senso de pertencimento e patriotismo. Abaixo, na imagem 1 é possível visualizar o Grupo Escolar Lauro Müller em 1911 e na atualidade.

**Imagem 1:** Grupo Escolar Lauro Müller em 1911 (1 ano antes da sua inauguração) e o mesmo Grupo Escolar na atualidade.



Fonte: (DAMIÃO, 2018).

Além disso, vale destacar que o número de matrículas nas cidades de Blumenau e Joinville foram aquém do esperado inicialmente, se comparados a outros Grupos Escolares. Para Moraes (2017) este pode ser indicado como um fator de resistência dessas populações aos novos métodos de ensino propostos e também porque nessas localidades já haviam escolas mantidas e estruturadas segundo os padrões de suas colônias de imigração. Ademais, apesar dos nítidos avanços o sistema de ensino catarinense continuava restrito há uma pequena parcela da população que, eminentemente encontrava-se nos centros urbanos. O restante do estado, nas áreas rurais, ainda predominava as Escolas Isoladas, com várias turmas em um mesmo espaço físico, prevalecendo uma forte segregação da educação catarinense.

O período Vargasista após 1930 apresentou uma nova dinâmica a sociedade brasileira e as políticas educacionais dos Ramos novamente entram em conjunção aos ideários do nacionalismo e patriotismo, agora intensificados pelo Estado Novo e pela conjuntura da Segunda Guerra Mundial, aonde o Brasil apoiava os Aliados comandados pelos Estados Unidos e contra o Eixo, que tinha a Alemanha como liderança. Em Santa Catarina um grupo misto de militares e políticos sul-riograndenses e catarinenses tomaram o poder. Ambos foram responsáveis por invasões a cidades, a tomada de governos locais através de movimentações armadas que levaram a derrocada dos republicanos do poder.

Os Governos Federal e Estadual tomaram uma série de medidas, compelindo a integração dos imigrantes e seus descendentes aos valores político-culturais da nação brasileira. Segundo Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 91), “não havia, em projetos nacionalistas como o do Estado Novo, espaço para a convivência com grupos culturais estrangeiros fortes e estruturados nas regiões de colonização”.

Portanto, deveria haver um ou mais elementos catalisadores do sentimento de pertencer a uma pátria, a brasileira, minimizando ou mesmo anulando sentimentos de desagregação pela ligação emocional, cultural ou de qualquer outra ordem com a nação de origem. Coerente com essa preocupação, o governo Vargas, com apoio dos políticos dirigentes, atuou em duas frentes distintas. De um lado buscou a desagregação dos elementos que mantinham as colônias ligadas ao passado, tentando cortar os laços que pudessem representar a manutenção do sentimento de pertencer à pátria que um dia haviam deixado. De outro lado alimentou entre os colonos o mesmo sentimento que já se disseminava por todo o território nacional, de pertencer a esta Pátria, sua nova grande Pátria Brasileira. A estratégia foi aplicada em relação aos mais fortes elementos de identidade dos colonos, com destaque para o idioma, que era um dos mais importantes fatores de unidade entre eles. Houve várias estratégias para despertar os sentimentos nacionalistas, entre os quais se destaca a repressão em relação ao idioma estrangeiro e simbolismos culturais. Os intelectuais e os políticos dirigentes da sociedade catarinense elaboraram e colocaram em prática, ações que contribuíram de diversas formas para integrar a população à nova ordem (UNGLAUB, 2008, p.3).

Neste período, as modificações no sistema de ensino catarinense se intensificaram no processo de fiscalização das escolas (realizado pelas inspetorias), a fim de que as mesmas estabelecessem um padrão metodológico e disciplinar definido pelo governo federal. “O currículo escolar também foi alvo de modificações, onde a prioridade foi o ensino da geografia e história do estado, do português, da matemática e dos símbolos nacionais (MORAES, 2017, p. 29). Nesse aspecto, a reforma educacional realizada por Vidal Ramos foi vista com bons olhos pelos interventores, pois deu subsídios para implementação de seu projeto de governo.

O período da gestão de Nereu Ramos se estende de 1935 até 1945, onde foi primeiramente eleito de forma indireta pela Assembleia Legislativa e depois nomeado interventor pelo governo federal. Característica marcante de seu governo foi a repressão e “caça as escolas” localizadas no norte catarinense, principalmente após 1938, com o objetivo de proteger a suposta “unidade nacional”. Tal medida atingia estrategicamente seus adversários políticos, através da nacionalização do ensino (AURAS, 1991).

Vale destacar o discurso proferido por Nereu Ramos em Blumenau que, de forma categórica, resume o exposto anteriormente:

Nós respeitamos os estrangeiros nos direitos dos que lhe asseguramos, por isso que são valiosos elementos de colaboração para o nosso progresso. Mas nem por que os recebemos com a doçura do nosso temperamento; nem por que os acolhemos com hospitalidade que é traço inconfundível do nosso caráter, abrimos mão do direito, que nos é fundamental como nação soberana, de orientar e dirigir a formação moral e cívica dos que nasceram no Brasil e brasileiros são (RAMOS, 1938, p. 7, 8 *apud* MORAES, 2017, p. 250).

No contexto da Segunda Guerra Mundial, estando o Brasil em apoio aos Estados Unidos e contrário a Alemanha nazista o ideal de nacionalismo tornou-se ponto principal de objetificação deste ideário. O mesmo foi feito através da valorização da língua portuguesa como língua oficial, culto aos símbolos patrióticos e destaque aos feitos do governo federal e estadual. Nessa seara, o poder coercitivo aumentou significativamente sobre os imigrantes em Santa Catarina, proibindo o uso de línguas estrangeiras, seu ensino em escolas públicas e particulares e também o fechamento de diversas escolas mantidas com fundos subvencionados por países estrangeiros.

Para Moraes (2017) o relatório apresentado por Nereu Ramos ao presidente da república em 1944 demonstra a força desprendida para pôr em prática seu projeto de nacionalismo. Segundo ele, entre 1935 a 1943, as escolas públicas estaduais aumentaram em 888 unidades e 2.566 classes. De outro modo, fecharam-se 505 escolas particulares e 1.654 classes. Fica evidente que, ao mesmo tempo em que se investiu no ensino público, se empregaram diversas ações repressivas sobre as escolas étnicas que atuavam contra o ideal de “brasilidade” presente no discurso governamental.

Em 1943, as escolas públicas já somavam 95,71% das unidades e 95,8% das classes escolares, enquanto as instituições particulares somavam apenas 4,29% das matrículas e 4,20% das classes escolares (RELATÓRIO, 1944, p. 87, 88 *apud* MORAES, 2017, p. 265). Os dados apresentados demonstram o quanto se divulgou a ideia de que as escolas étnicas das zonas coloniais eram ruins e um perigo eminente para o governo. Do mesmo modo, os dados também nos fornecem indícios suficientes para acreditarmos que Nereu Ramos pretendeu pôr em prática, de forma incisiva medidas repressivas sobre a cultura dos seus adversários políticos.

Constata-se como o Estado Novo encontrou em Santa Catarina os meios, condições e apoio político adequado a efetivação de seu projeto de governo centralista e

homogêneo. O mesmo é fruto da trajetória já percorrida na primeira reforma educacional de Vidal Ramos que ganhou seu ápice na gestão Nereu Ramos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise geográfica sobre as escolas públicas estaduais no período estudado, entre 1911 e 1945, denota a compreensão de como sua forma e função foram utilizadas pela oligarquia Ramos em busca de legitimidade cultural e política frente ao adversário, compreendendo que o sistema escolar poderia fornecer ou incutir um padrão cultural na população e conseqüentemente a identificação do povo com o governo, ou de um governo representante do povo.

A forma atribuída as escolas remontam a uma ideia de padronização dos espaços físicos e de localização das mesmas. Na gestão Vidal Ramos teve apoio pedagógico de intelectuais paulistas, como Orestes Guimarães, que através do método intuitivo definiu o *modus operandi* do fazer em sala de aula. Do mesmo modo, na gestão Nereu Ramos esta padronização se fez presente. Todavia, o que mais se destacou foi que tal ordenamento teve como objetivo, além das propostas pedagógicas utilizadas, o controle e fiscalização dos estudantes e principalmente dos professores.

Tal condição se justificava diante das funções delegadas às escolas naquele período. Se os governos tinham como objetivo um projeto de nacionalização, valorização dos símbolos pátrios, valorização da colonização luso brasileira em detrimento da germânica, seria necessário estabelecer uma forma de controle sobre tais atividades, a fim de verificar se efetivamente o mesmo estava sendo feito. A disposição da estrutura física condicionava discentes e docentes a *práxis* imposta pelos gestores. Além disso, a localização geográfica das escolas facilitava tal conferência, realizada pelas inspetorias que fiscalizam as escolas e encaminhavam relatórios detalhados aos seus superiores.

As formas e funções exercidas pelas escolas vão ao encontro da própria estrutura vigente à época. Um Estado nacional proclamado República por vias militares (República das Espadas) que se desenvolveu historicamente até o período Getulista de forte centralismo político e controle da sociedade. Neste aspecto o ensino é visto como algo estratégico para consolidação do ideário nacional e sentimento de pertencimento da população.

Neste aspecto é interessante observar como a Geografia, enquanto disciplina escolar, também foi utilizada como meio para reconhecimento dos aspectos físicos, da territorialidade e valorização da nação. O mesmo também ocorreu, de outro modo e escala, no período de unificação da Alemanha no século XIX, aonde a geografia teve papel crucial nessa identificação da unidade nacional. Guardadas as devidas proporções percebe-se como a escola pública tem usos parecidos, em diferentes contextos e períodos históricos.

Isto leva a empreender como os processos que caracterizam as escolas públicas estaduais de Santa Catarina são semelhantes. O embate político entre as

oligarquias catarinenses (Konder e Ramos) culminou numa disputa cultural. O projeto de nacionalização encontrou em Santa Catarina terreno fértil para ser implementado. Cada processo histórico, da gestão Vidal Ramos, aos Intervencionistas e a gestão Nereu Ramos deu subsídios para sua implementação.

Forma, função, estrutura e processo se relacionam dialeticamente configurando-se numa totalidade acerca das escolas públicas estaduais de Santa Catarina. Esta visão totalizadora demonstra quanto esta realidade concreta é complexa e instigante, na medida em que ajuda a compreender não apenas as escolas, mas todo o conjunto de fatores que a moldaram. A escola pública é um ente físico, político, social e cultural que materializa a conjuntura da sua época.

## REFERÊNCIAS

AURAS, Marli. **Poder Oligárquico Catarinense: da guerra aos fanáticos do contestado à —opção pelos pequenos.** Tese, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema.** 2. ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.

CORRÊA, R.L. **Região e organização espacial.** 7ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

DAMIÃO, Carlos. Patrimônio escolar que resiste. **Notícias do Dia**, Florianópolis, 10 e 11, novembro 2018. Disponível em: <[https://www1.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/2317/patrimonio\\_escolar\\_que\\_resiste\\_2018\\_damiao.pdf](https://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2317/patrimonio_escolar_que_resiste_2018_damiao.pdf)>. Acesso em: 15/07/2022.

GARBIN, E. P. PAULA SANTIL, F. L. de. Forma, função, estrutura e processo: as categorias miltonianas sob a perspectiva da lógica formal. **Geingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Maringá, v. 12, n. 1, p. 131-154, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/view/51155/751375149848>. Acesso em: 18/05/2022.

MORAES, Marcos Juvêncio de. **As reformas educacionais de Santa Catarina e a instrumentalização do ensino patriótico: laços políticos, oligárquicos e culturais (1911-1945).** Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em História, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7691>>. Acesso em: 04/06/2022.

OLIGARQUIA. In: **Michaellis**, Dicionário Online de Português. São Paulo, 2022.. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/oligarquia/>>. Acesso em: 26/05/2022.

OLIVEIRA JR, G. CAMPOS, N. **Totalidade e espaço: ensaio metodológico.** XV Encontro de Geógrafos da América Latina, 2015. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Teoriaymetodo/Methodologico/03.pdf>. Acessado em: 01/06/2021.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. *In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010. – (O Brasil republicano; v.1). Disponível em: <[https://img.travessa.com.br/capitulo/CIVILIZACAO\\_BRASILEIRA/BRASIL\\_REPUBLICANO\\_O\\_O\\_TEMPO\\_DO\\_LIBERALISMO\\_OLIGARQUICO\\_DA\\_PROCLAMACAO\\_DA\\_REPUBLICA\\_A\\_REVOLUCAO\\_DE\\_1930-9788520013571.pdf](https://img.travessa.com.br/capitulo/CIVILIZACAO_BRASILEIRA/BRASIL_REPUBLICANO_O_O_TEMPO_DO_LIBERALISMO_OLIGARQUICO_DA_PROCLAMACAO_DA_REPUBLICA_A_REVOLUCAO_DE_1930-9788520013571.pdf)>. Acesso em: 25/05/2022.

SANTOS. M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Vitrines da República: os Grupos Escolares em Santa Catarina (1889-1930). *In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Uberlândia Anais. UFU, 2006. Disponível em: <[https://www1.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/2317/4.grupos\\_escolares.pdf](https://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2317/4.grupos_escolares.pdf)>. Acesso em: 10/06/2022.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1956. Disponível em: <[file:///D:/DOUTORADO%20UFSC/2021/DISCIPLINA/GEOGRAFIA%20HIST%C3%93RICA/O\\_poder\\_local\\_na\\_federacao\\_brasileira.pdf](file:///D:/DOUTORADO%20UFSC/2021/DISCIPLINA/GEOGRAFIA%20HIST%C3%93RICA/O_poder_local_na_federacao_brasileira.pdf)>. Acesso em: 26/05/2022.

THOMÉ, Nilson. **A Política no Contestado: do Curral da Fazenda ao Pátio da Fábrica**. 2ª ed. Caçador: UnC, 2010.

UNGLAUB, Tânia Regina da Rocha. Pensamento político pedagógico nacionalista em Santa Catarina disseminado por cantos de brasilidade e a ação do inspetor federal do ensino João dos Santos Areão. *In: V Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2008, Sergipe. Anais, UFS, 2008. Disponível em: <<https://silo.tips/download/palavras-chave-joao-dos-santos-areao-nacionalismo-canto-orfeonico>>. Acesso em: 11/06/2022.

Contato com o autor: alan@ifsc.edu.br

Recebido em: 13/08/2024

Aprovado em: 06/05/2026

---

i Orestes Guimarães nasceu no dia 27 de fevereiro de 1870, em Taubaté, São Paulo. Em 1905, veio para Joinville com autorização do governo paulista, para reorganizar o ensino em Santa Catarina por interferência do vice-Governador do Estado. Foi ex-Diretor da Escola Normal de Ribeirão Preto, em São Paulo, coproprietário do Colégio “Cesário Mota” da mesma cidade, ex-aluno da Escola Naval do Rio de Janeiro e tinha formação como Técnico em Educação. Em Joinville, foi Professor do Colégio Municipal. Dada sua proficiência e pelos ótimos resultados conseguidos, sua permanência foi prorrogada por mais dois anos. Concluída sua missão, seguiu para Florianópolis, ocupando outras funções mais elevadas no ensino escolar, entre as quais o de Diretor Geral do Ensino. Orestes Guimarães teve seu nome registrado como um dos melhores Educadores que Santa Catarina no campo de cultura. Faleceu em 30 de dezembro de 1931. Após sua morte recebeu como homenagem a nomeação de algumas escolas de Santa Catarina e grupos escolares formados com seu nome. Fonte: (IBGE, 2022).